



## TEXTO DE REFERÊNCIA

### Módulo II

### História da Formação do Capitalismo

#### Aula 1

### Liberalismo, Capitalismo e Desenvolvimento

## Capitalismo, Liberalismo e Desenvolvimento Econômico.

*Alexandre de Freitas Barbosa*<sup>1</sup>

Este texto procura discutir inicialmente as várias definições de capitalismo, procurando em seguida realizar uma tentativa de periodização. Neste sentido, destaca a transformação estrutural trazida pela Revolução Industrial, que instaura uma nova dinâmica econômica e social, a partir da qual podemos caracterizar o capitalismo consolidado. O mercantilismo e o liberalismo são discutidos como ideologias que trazem consigo concepções específicas sobre a política econômica, antes e depois da Revolução Industrial.

É ressaltada ainda a coincidência histórica entre consolidação do capitalismo, liberalismo e nascimento da ciência econômica. Busca-se ainda esmiuçar as relações entre Estado e burguesia na aurora do capitalismo, assim como desnudar o processo de proletarianização da força de trabalho, essencial para a consolidação deste sistema de produção. Aponta-se também como a utopia liberal dos mercados auto-regulados significou a pretensão de transformar a sociedade em acessório da vida econômica, para depois se questionar a relação entre capitalismo e desenvolvimento econômico. Finalmente, apresenta-se, em linhas gerais, uma periodização da evolução estrutural do sistema capitalista após o século XIX.

---

<sup>1</sup> O autor é Mestre em História Econômica pela USP e Doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP.



Parte-se aqui do pressuposto que capitalismo, liberalismo e desenvolvimento econômico não são conceitos fora da história, apenas podendo ser destrinchados no desenrolar econômico e social deste modo de produção.

### **Capital, Capitalista e Capitalismo**

Em seu clássico livro, *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, o historiador francês Fernand Braudel acompanha o surgimento dos conceitos junto com transformação dos seus significados. Por exemplo, a palavra “capital” aparece nos séculos XII e XIII, com o significado de riqueza, de estoque de mercadorias, de dinheiro que rende juros. Apenas em meados do século XVIII apareceria o conceito moderno de capital, vinculado à noção de investimento produtivo. Mas capital – ao menos até Marx - continuaria sendo apenas a massa de riqueza de um indivíduo, estática e ainda distante do seu papel enquanto dinheiro que se valoriza, de meios de produção que geram valor através do trabalho.

Da mesma forma, por meio do vocábulo “capitalista”, até o século XVIII, se designariam os ricos em geral, detentores de dinheiro e fornecedores de fundos em busca de ganhos cada vez maiores. Mercadores e banqueiros apareciam então como os detentores de riqueza. O capital estava relacionado à esfera de circulação e não havia adentrado ainda o reino da produção. Em termos marxistas, o dinheiro ainda não havia se transformado em capital.

Já a palavra “capitalismo”, surge bem mais tarde, não sendo nem mesmo pronunciada por Marx. Ao longo do século XX será utilizada como oposto de socialismo, ou seja, do novo sistema econômico e social que queria se implantar. Mais recentemente, depois da queda do socialismo, houve quem a quisesse aposentar, substituindo-a por “sistema de mercado”. Isto porque, no dizer de John Kenneth Galbraith, o nome “capitalismo” remetia a uma história amarga, estando por vezes associado à noção de submissão dos trabalhadores e, por outras, ao poder exacerbado das grandes empresas com seus monopólios.

Vale à pena ressuscitar a palavra capitalismo, não por mero preciosismo, mas porque este sistema econômico e social continua dando as cartas, e agora de um número cada vez maior de habitantes do planeta. Mas, então, o que vem a ser capitalismo?

### **Definições e Periodização do Capitalismo**



Não existe apenas uma definição de capitalismo, mas várias. Todas elas supõem por sua vez uma periodização histórica específica, já que capitalismo só existe enquanto realidade histórica e mutável, jamais como uma essência ou como algo fora da história. Desta forma, existem estágios do capitalismo e formas diversas de inserção no mundo capitalista nas várias regiões econômicas do planeta. Existe o capitalismo norte-americano ou brasileiro, mas também o capitalismo do século XIX ou aquele que vigoraria no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Contudo, estes adjetivos não devem fazer com que se ofusque a característica distintiva do capitalismo em relação a outros modos de produção.

Daí porque não faz sentido chamar o mundo em que vivemos hoje de pós-capitalista. O que vale é entender as mudanças por que vem passando este sistema de produção e organização social, aliás profundamente dinâmico.

Vejamos três definições de capitalismo, seguindo os passos do importante historiador Maurice Dobb. Em primeiro lugar, existe a noção de um “espírito capitalista”, um comportamento, ou uma ótica de vida, que associa aventura e propensão ao risco com a noção de cálculo e de racionalidade. Partindo de concepções como a do célebre sociólogo alemão, Max Weber, trataria-se de “ganhar dinheiro e mais dinheiro no mais completo resguardo do gozo imediato”. Inverteria-se assim a ordem das coisas, aparecendo agora “o ser humano em função do seu negócio”. Segundo esta visão, o espírito do capitalismo não só existiu antes como também está na origem do desenvolvimento do capitalismo. Como se um comportamento – antes isolado em alguns grupos religiosos, como no caso dos protestantes – depois convertesse o conjunto da ordem social.

Mas segundo a concepção weberiana desde quando teria havido capitalismo? Se o apetite pelo lucro ou a pulsão pecuniária sempre estiveram presentes “na China, na Índia, na Babilônia, na Idade Média e na Antigüidade”, esta ética peculiar apenas irromperia no século XVIII. Portanto, não basta ter lucro e ser uma empresa, já que esta pode estar organizada em bases tradicionais. O que importa são um conjunto de características – a noção de dever e de vocação para o trabalho, do ganho como simples reconhecimento, a presença do espírito de poupança, incitando ao aperfeiçoamento constante, e um severo domínio de si, fazendo com que a sobriedade rime com aumento constante da produtividade. Cálculo e aventura combinados no âmbito da empresa moderna e contando com a organização racional do trabalho. Eis o espírito do capitalismo.



Uma segunda perspectiva teórica definiria o capitalismo como a produção para o mercado distante, já motivada para o lucro, tendo o mercado se libertado da prisão da demanda local. As escalas de produção podem ser maiores, ao passo que os mercadores ocupam aqui papel de destaque. O capitalismo emergiria então como realidade histórica antes do século XVI, consolidando-se a partir das expansões comerciais. De fato, o próprio Marx situa este século como aquele que abre a “Era Capitalista”.

Mas então a colônia produtora de açúcar, a partir dos engenhos da Bahia e de Pernambuco, já era capitalista? E o que dizer do comércio de escravos africanos e da exportação de tecidos ingleses produzidos ainda de forma artesanal? Podemos chamar esta interligação de uma economia de mercado nascente como capitalismo?

A terceira perspectiva, marxista, discorda, desta interpretação. No seu entender, não é a existência de uma classe de comerciantes e financistas, que articulam uma economia crescentemente integrada, o que caracteriza a especificidade do capitalismo. Tal fato existiu em outras épocas como no Império Romano. Entretanto, concorda Marx, esta expansão moderna do mercado levaria, desta vez, ao capitalismo.

Mas, o que distingue o capitalismo como um modo de produção novo, diferente dos anteriores? Ora, é justamente a emergência de uma ordem social, que traz consigo uma diferenciação de classe inédita: de um lado o capitalista, e de outro, o operário. Deixemos o próprio Marx falar na sua linguagem rebuscada: “o antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtume” (Marx, 1988, volume 1, p. 141).

O capitalismo supõe, portanto, a compra e venda da força de trabalho. Trata-se agora de um tipo essencialmente diferente de valorização do capital. Não mais comprar barato para vender caro, nem emprestar dinheiro em troca de juros. Porém, produzir cada vez mais produtos, a partir do uso da máquina, que comanda o ritmo de trabalho, e gerar uma massa de riqueza – constantemente reinvestida - a partir da diferença entre salário e o trabalho efetivamente gerado pela mão-de-obra. Eis o ingrediente secreto que explicava esta forma nova e sofisticada de explorar o trabalho segundo Meghnad Desai, professor da *London School of Economics* e arguto leitor de Marx.



Para que o mundo fosse inundado de mercadorias, cada vez mais baratas, além da tecnologia, era fundamental que os trabalhadores aceitassem trabalhar em troca de salário. E para tanto – já que nem sempre o salário foi visto como natural – a força de trabalho deveria ser isolada dos meios de produção. Não mais compulsão extra-econômica ao trabalho – o chicote na escravidão, e a vinculação à terra no feudalismo. Para não morrerem de fome, os que não detinham mais meios de produção alugariam-se aos capitalistas. E o que são os meios de produção? Um pedaço de terra, um tear, um cavalo, enfim qualquer coisa que permitisse ao trabalhador fugir do mercado de trabalho, atuando como vendedor de algum serviço ou produto em outros mercados.

Por outro lado, os capitalistas - por meio do comércio, do financiamento da dívida dos governos, do tráfico de escravos, do confisco das terras da Igreja – se apropriariam de uma massa de dinheiro para, num segundo momento, transformá-la em capital, em dinheiro produtivo, capaz de comprar meios de produção, matérias-primas e, principalmente, de contratar trabalhadores.

Mais uma vez, acompanhemos Marx com a sua pena sarcástica: “A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfunamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e da pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era da produção capitalista. Estes momentos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva” (Marx, 1988, volume 2, p. 275).

Porém, o capitalismo ainda não estaria maduro. Teríamos quando muito uma burguesia emergente, “contratando” de forma indireta artesãos isolados – entregando matérias-primas e recebendo o produto acabado - já que o assalariamento não havia se generalizado. Capitalismo adolescente também, porque a burguesia estaria subordinada ao Estado absolutista, não tendo controle sobre o poder político.

É, neste sentido, que Dobb afirmaria, influenciado pela perspectiva marxista, que apenas com a Revolução Industrial teria o capitalismo sofrido as suas “dores do parto”. Agora, finalmente, o rebento veria a luz do dia.

Contudo, a história teria apenas começado já que o capitalismo moderno seria surpreendido por novas etapas, não a partir de um processo linear e evolutivo, vivenciando antes rupturas e adaptações, as quais dependem das crises e contradições deste modo de produção, mas também da forma como se encaminham as lutas de classes no plano nacional e internacional.



Em síntese, o capitalismo não deve ser encarado como uma realidade apenas econômica, ou como um conjunto de práticas culturais. Trata-se essencialmente de uma relação social específica, que exige a dominação de uma classe por outra e um processo de contínua valorização do capital a partir do consumo produtivo da força de trabalho. Lembremos ainda que este processo de acumulação se dá sempre em escala internacional, recriando desigualdades entre as várias regiões e países.

### **A Economia-Mundo: do Mercantilismo ao Liberalismo**

O período que compreende os séculos XVI a XVIII é de difícil interpretação, como sucede a todas as épocas de transição. Como denominá-lo? “Pré-Capitalista” ou “Capitalismo Comercial”? As duas alcunhas são insuficientes. Se é inegável que o capitalismo estava em preparação, tal como o sabemos hoje, não se justifica adjectivá-lo como “comercial”, já que o seu carácter distintivo – a existência de um mercado de trabalho – ainda figurava como exceção.

Mas havia, claramente, uma economia-mundo, articulada comercialmente, a partir de mercadores e negociantes, ampliando o raio da vida econômica, integrando continentes, por meio de monopólios assegurados pelo Estado, que abriam mercados politicamente à base da guerra e da pirataria. Era disso que se tratava, de uma concorrência política entre as nações.

Com que isto parece? Com o sentido da palavra “globalização”? Mas este termo não é novo, tendo sido cunhado pelos manuais de administração norte-americanos dos anos oitenta do século XX? Ora, se a palavra soa como uma novidade caracterizada por tecnologias surpreendentes, revoluções nos meios de transporte e de comunicações e novas potencialidades de acumulação de capital, o processo é antigo, acompanhando o nascimento e desenvolvimento do sistema capitalista.

Quer dizer que o capitalismo nasce internacionalizado e só poder ser explicado a partir de sua irradiação global? Isto mesmo! Tomemos o caso do Brasil como exemplo. “O país se globaliza com o açúcar”, como disse certa vez Darcy Ribeiro. A colônia então era o Nordeste açucareiro, mais integrado com a Angola vendedora de escravos, com Portugal comprador de açúcar e com a Holanda responsável pelo refino e a revenda do produto no mercado europeu. O resto do “país” não existia, pois estava fora do circuito comercial.



Nascemos, portanto, globalizados. Até a mão-de-obra era importada... Por isso, não faz sentido dizer que o Brasil deve se inserir na globalização. Ao contrário, devem-se discutir as várias formas possíveis de participação na economia internacional e as suas repercussões sobre o trabalho e organização social do país.

Voltemos ao século XVI. A Europa estava no centro, como civilização que se imporia às demais, articulando-as em torno de seus interesses econômicos. Um continente, a África, seria circunavegado, fornecendo escravos, outro, a Ásia, ofertaria especiarias, enquanto a América viria com a produção de produtos tropicais necessitados pelas metrópoles comerciais em ascensão. Ouro e prata também seriam buscados avidamente para ampliar a magnitude das transações comerciais.

Assim se daria a acumulação primitiva de capitais, por meio da incorporação do excedente comercial pelas novas potências européias. Se Portugal e Espanha largaram na frente, ocupando e povoando as novas colônias, perderiam logo a dianteira, já no século XVII, para Holanda, Inglaterra e França. Teria lugar então uma especialização produtiva com base nas manufaturas têxteis onde os sobre-lucros – resultantes do monopólio comercial e do exclusivo metropolitano – seriam paulatinamente drenados para as nações burguesas em ascensão.

Concorrência propriamente econômica não existia, mas a conquista de posição hegemônica nas áreas não-européias, tal como no caso das Antilhas antes espanholas, ocupadas por França e Inglaterra no século XVII.

Até meados do século XVIII, predominaria o mercantilismo enquanto prática econômica. Uma nação rica – então se acreditava - deveria acumular reservas em metais preciosos. Para tanto, a balança comercial deveria ser superavitária. O protecionismo estimularia a produção nacional de manufaturas e dificultaria a venda de matérias-primas. Para completar o quadro, o controle das colônias asseguraria mercados às metrópoles, mas também fonte de produtos revendidos a preços elevados para os países europeus. A racionalidade desta lógica econômica parecia irrefutável nos termos da época.

A crítica do liberalismo que viria depois, também racional e irrefutável, somente pode ser compreendida a partir de uma mudança de mentalidade que acompanha as próprias transformações do capitalismo. Desenvolvido o poderio industrial, os ganhos de comércio não viriam mais do monopólio, mas da produtividade, ou seja, da capacidade de produzir de forma mais eficiente e com menores custos de produção. A lógica de abrir os mercados surge como mais adequada à nação



líder do processo industrial. Em poucas palavras, a concorrência apenas surge depois de consolidado o capitalismo.

### **A Complexa Relação entre Estado e Burguesia**

Podemos chegar agora a duas conclusões derivadas do que foi dito acima. Em primeiro lugar, a burguesia foi, em grande medida, uma criação do Estado. Por que? Qual o interesse do Estado em fortalecer esta nova classe social? Não mais enfraquecido pelo poder da nobreza feudal, ele se reergue, centralizando-se e escorando-se em novos grupos sociais. Ora, a tarefa de aparelhamento da máquina estatal depende dos impostos, que vêm associados à expansão comercial. Em palavras mais diretas, o rei estimula o comércio para poder tributá-lo.

Mas, como vimos, este comércio encontra-se alicerçado em monopólios. A concorrência, num sistema predominantemente comercial, limitaria a massa e margem de lucros. A concentração de poder econômico é o início e o fim do processo, colaborando por sua vez com a concentração de poder político na esfera central. Vejamos alguns exemplos.

A Holanda, sob os auspícios de uma burguesia mercantil e bancária, conhecerá uma expressiva expansão econômica no século XVII. Mas o que estaria por trás deste desenvolvimento comercial? O espírito da livre iniciativa?

Ora, dois pilares explicam a ascendência holandesa. Em primeiro lugar, a Companhia Holandesa das Índias Orientais, que possuía poder de monopólio sobre o comércio com esta região, além de contar com exército de terra e mar e nomear os governadores nos seus entrepostos. Em linguagem atual, funcionava como quase uma parceria pública-privada. Em segundo lugar, o Banco de Amsterdã, que fornecia aos mercadores a moeda de qualquer país e atuava crescentemente como adiantador de crédito.

Esta nação perderia a liderança para a Inglaterra já no final do século XVII, em virtude da derrota nas guerras contra seus concorrentes, sendo mais afetada também pela queda dos preços na segunda metade deste século.

No caso inglês, tivemos os Atos de Navegação (1651 e 1660), exigindo que as mercadorias só fossem transportadas por navios ingleses ou provenientes dos países de origem das mercadorias importadas. Também haveria aqui uma Companhia Inglesa das Índias Orientais. Políticas rigorosamente mercantilistas foram adotadas. Em 1721, com a reforma da legislação mercantil,



reduziram-se as tarifas sobre as matérias-primas importadas e foram abolidas as tarifas sobre exportação da maioria dos bens manufaturados, ao passo que subsídios foram fornecidos para algumas indústrias de exportação. Mais importante ainda, foi coibida a entrada de produtos de suas colônias, especialmente da Índia competitiva, que no século XIX ficaria refém do fornecimento de produtos têxteis ingleses.

Ou seja, a todo o momento, durante a longa marcha destes países em direção ao capitalismo, o Estado criou as condições a partir de leis, regulamentos e - até mesmo da guerra ou da ocupação colonial - para fazer valer os interesses de seus comerciantes e produtores manufatureiros. Não se quer dizer com isto que a existência de uma mentalidade capitalista no comércio das cidades e na produção agrícola - em virtude seja da defesa constitucional dos direitos de propriedade, seja da predominância de uma racionalidade voltada para o aumento da rentabilidade a partir de novos métodos e técnicas - não tenha sido importante. O que se questiona é se tal salto de produtividade, que desaguaria na Revolução Industrial inglesa, teria sido possível sem a vantagem que esta nação ocupava no mercado internacional, vantagem que apenas se explica pelo poderio estatal inclusive naval e militar, como ressalta o historiador inglês Eric Hobsbawm.

A relação entre Estado e burguesia também se mostraria dinâmica e sujeita a mudanças qualitativas. O predomínio dos produtos têxteis ingleses tornaria possível que esta classe social agora buscasse a sua independência do aparelho estatal. Pregaria por todos os cantos o liberalismo, defendendo agora “o imperialismo do livre-comércio”. Segundo o economista coreano Ha-Joon Chang, os ingleses procurariam “chutar a escada” para impedir que outras nações chegassem ao mesmo nível de competitividade do sistema industrial ou até superassem o poderio inglês, como de fato fariam mais tarde Estados Unidos e Alemanha.

A pregação liberal, depois da utilização pela mesma nação dos preceitos mercantilistas, revela não necessariamente uma postura hipócrita, mas a própria transição em direção à consolidação do sistema capitalista em escala internacional, hierarquizado pela posição vantajosa ocupada pela Inglaterra em virtude da adoção do sistema fabril. A segunda conclusão a que se pode chegar é que o Estado pode, ao menos no plano do discurso, se retirar da esfera econômica, apenas e quando o poderio capitalista se apresenta incontestado. A concorrência apresenta-se mais eficaz do que as intervenções políticas na conquista de novos mercados.

Em todos os casos acima analisados, percebe-se que o capitalismo exige a presença de uma burguesia para se afirmar. Por isso, é ingênuo imaginar que simplesmente abrindo as economias dos



países em desenvolvimento ou dos ex-países socialistas do Leste Europeu, a economia venha a florescer. A grande questão é a seguinte: quem é a burguesia que permitirá o desenvolvimento capitalista, e qual o papel do Estado para fortalecê-la?

### **Revolução Industrial, Liberalismo e o Surgimento da Ciência Econômica**

A Revolução Industrial representa um conjunto de transformações econômicas, sociais e tecnológicas processadas no período que vai de 1780 a 1840. O termo surge inicialmente em 1820, mas apenas depois de passado o turbilhão é que se percebe que a história havia passado por uma mudança qualitativa. Agora faz sentido falar de crescimento econômico, que por sua vez condiciona a realidade social e cultural dos vários países. Não se pode mais falar tampouco da história de uma nação, sem referi-la antes à história mundial.

Várias metáforas caracterizam esta transformação. Eric Hobsbawm fala de “vulcão impessoal da história”, enquanto David Landes menciona “a multiplicação dos pontos de produtividade”, libertando o poder produtivo dos grilhões da demanda limitada. Já Meghnad Desai prefere caracterizar a ruptura a partir de uma “vertiginosa espiral ascendente”. Novos mercados são criados com o barateamento dos produtos. O sistema produtivo passa, de certa forma, a criar a sua própria demanda. O comércio, que antes monopolizava, passa a funcionar como subordinada à esfera da produção, que abarrota o mundo de mercadorias.

A expansão inglesa revela-se estrondosa. A quantidade de algodão importada para satisfazer as necessidades do sistema industrial nascente multiplica-se por 50 vezes entre 1785 e 1850. E o mercado das colônias e das nações independentes do mundo subdesenvolvido para os produtos ingleses representa cerca de 2,5 vezes do total importado pela Europa deste país.

A partir de um complexo de inovações tecnológicas – a máquina a vapor, o tear mecânico, a metalurgia e a indústria química – da relação salarial e da disciplina do trabalho, dá-se início à história do sistema industrial e do capitalismo. Outros países copiarão o modelo inglês, inclusive aprimorando-o, permitindo assim o avanço da industrialização. No final do século XIX, a Rússia e o Japão já iniciavam as suas experiências industrializadoras, depois da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Após a crise de 1929, a industrialização chegará à América Latina, a alguns países africanos, à Índia e aos países do Sudeste Asiático.



Duas lições podem ser tiradas sobre a Revolução Industrial. Em primeiro lugar, se ela resulta da posição privilegiada que a Inglaterra ocupava no mercado internacional, a consolidação do sistema industrial abre novas possibilidades para os países da periferia do capitalismo. Estes países só podem comprar produtos ingleses se exportarem algo. Os ingleses, por sua vez, para inundar o mundo com seus produtos, devem funcionar como importadores globais. Na segunda metade do século XIX, o Brasil exportaria café, a Argentina cereais e carne, enquanto outros forneceriam minerais e metais preciosos como o México e o Chile. Estrutura-se assim uma divisão internacional do trabalho. A modernização dos países da periferia se dá sob a forma de importação de bens de consumo pelas suas elites abastadas. Mas as relações de produção não se transformam. O assalariamento só chegará mais tarde. A escravidão e a servidão por dívidas mantêm estes países atrasados socialmente, enquanto apenas uma parte das suas elites se integra no novo quadro internacional. Ou seja, a Revolução Industrial permite uma expansão do capitalismo que renova e amplia as desigualdades entre e dentro das nações, a não ser que forças compensadoras – o Estado e os movimentos sociais - entrem em cena.

Em segundo lugar, pode-se dizer que o capitalismo “precisa” de Revoluções Industriais para perseguir a sua permanente expansão e transformação, o que leva à “descoberta” de novas tecnologias capazes de ampliar a eficiência e os níveis de rentabilidade. Momentos de saturação do mercado são superados por novas ondas tecnológicas. À Primeira Revolução Industrial, da máquina à vapor, e que termina com a expansão ferroviária; segue-se a Segunda Revolução Industrial da eletricidade, dos automóveis, da siderurgia e da petroquímica, junto com os telégrafos e telefones, que se inicia no final do século XIX e chega ao seu auge no pós-Segunda Guerra Mundial; para depois ser sucedida pela Terceira Revolução Industrial, da informática, da telecomunicações e da biotecnologia. Novas fontes de energia, novos produtos, novas tecnologias que barateiam bens de consumo e de capital, criam novos desejos e necessidades e permitem com que se revigore a máquina de acumulação.

Não por coincidência em cada período de aceleração tecnológica, percebe-se uma expansão dos fluxos de comércio, uma expansão dos fluxos de investimento para fora dos países capitalistas avançados, uma redistribuição de poder político em favor das potências líderes na aplicação e difusão das novas tecnologias e um avanço das idéias liberais. Metáforas como “aldeia global” e “mundo unificado” são elaboradas, escondendo a desigualdade que este processo geralmente acarreta.



Voltando à Primeira Revolução Industrial – hoje assim chamada, porque sabemos que outras a sucederam – junto com as novas tecnologias, o comércio expandiu-se, assim como os investimentos ingleses em infra-estrutura e no setor financeiro. O mundo seria então interligado pelo vapor, pelas estradas de ferro e pelo telégrafo, de acordo mais uma vez com Hobsbawm.

Justamente neste período, e não à toa, surgiria e se expandiria a ciência econômica com sua vigorosa capacidade de transformar tudo em variáveis quantificáveis, submetidas à lógica do mercado. Ora, até então, a economia não merecia um olhar destacado das demais ciências, não figurava como um objeto autônomo de reflexão. Estava subordinada à moral ou à política. Condenavam-se os juros, porque a Igreja estava aí para censurar, ou então o progresso material era visto como subordinado ao poder do rei. O mercado não existia como algo dotado de uma racionalidade própria e específica, capaz de explicar os fenômenos sociais.

Três fatores contribuiriam para a emergência desta ciência já no final do século XVIII, condensada na obra do escocês Adam Smith, *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, de 1776. Em primeiro lugar, o professor de filosofia moral percebia que o fator econômico adquiria ascendência sobre os demais aspectos da vida coletiva. Diria Smith: “para cada trabalhador autônomo, existem 20 trabalhando sob o sistema de fábrica”. A partir de uma hipotética fábrica de alfinetes, ficava evidente o poder da divisão de trabalho, reduzindo-se o tempo de transferência de uma atividade para a outra, especializando-se o trabalhador e tornando-se exímio executor de certas tarefas, permitindo inclusive a descoberta de novas máquinas e processos de produção.

Mas para que pudesse promulgar a independência de um novo pensamento, cujo foco seria o da reprodução da vida material nas sociedades mercantis, a razão deveria ser soberana, libertando-se dos preconceitos morais e religiosos. Era preciso desvendar a lógica intrínseca ao funcionamento dos mercados. Ou seja, um segundo fator, de ordem cultural, o Iluminismo, tornaria possível revelar a natureza dos mercados. O pensamento econômico nascente partiria de leis gerais, muitas vezes partindo de analogias com a física (a noção de equilíbrio) ou fisiológicas (a noção de circulação). O organismo econômico passava a ter vida própria. Ao novo cientista, caberia não apenas dissecá-lo, mas conhecer a realidade para transformá-la ou aprimorá-la.

É aqui que entra o liberalismo. O Estado deve ser neutro. Uma mão invisível permite o funcionamento auto-regulável do mercado. Os agentes econômicos, deixados à sua própria sorte, motivados pelo auto-interesse e pela busca do máximo lucro, levariam ao bem-estar social. Qual a



mágica? A concorrência perfeita asseguraria que a eficiência levasse a maiores lucros, por meio de custos menores, beneficiando produtores e consumidores. O capitalismo levaria, de fato, a uma ampliação das desigualdades, mas também ao aumento do conforto material dos de baixo.

Segundo Smith, “em consequência da divisão do trabalho, a opulência universal estende-se às camadas mais baixas da sociedade” (Adam Smith, 1986, Livro I, p. 115). E o filósofo completa, otimista com o poder do progresso: “o conforto material de um príncipe geralmente não excede tanto o obtido por um frugal e engenhoso camponês, tanto quanto este supera o de tantos reis africanos, senhores supremos da vidas de dezenas de milhares de selvagens nus” (Adam Smith, op. cit., p. 117). Enfim, estes seriam mais iguais, porém mais pobres, isolados que estavam do fantástico poder transformador da máquina capitalista em plena ascensão na Europa.

Concorrência, aumento da produtividade e bem-estar social fariam, portanto, parte de uma mesma lógica incontestável de aperfeiçoamento da humanidade. O capital privado traria opulência, devendo o Estado cuidar da educação, do respeito à propriedade privada e da segurança nacional. Mas não nos enganemos, o mesmo Adam Smith veria o acordo entre empresários como lesivo à sociedade. Sem concorrência perfeita, e a partir da criação de vantagens e monopólios, esta máquina perfeita fraquejaria.

Revolução Industrial, Iluminismo e Liberalismo estavam entre os fatores históricos que permitiram a expansão da ciência econômica ao longo da primeira metade do século XIX. A burguesia, então ascendente, aproveitaria-se deste cenário propício para revolucionar a ordem política e social. A democracia ainda não estaria na ordem do dia, mas apenas o direito à propriedade e à liberdade civil. Seria um exagero dizer que Adam Smith escreveu para satisfazer o poder capitalista, ainda que as suas idéias tenham sido assimiladas pela nova classe social dominante.

Se em Adam Smith a ética e a mão invisível se complementavam, a evolução do sistema econômico levaria a uma separação cada vez maior entre as preocupações voltadas para o equilíbrio e a racionalidade econômica, de um lado, e as preocupações sociais e morais, de outro. Este distanciamento é uma das causas do empobrecimento da ciência econômica ao longo dos séculos XIX e XX, especialmente quando se consideram as formulações matemáticas e excessivamente formais, incapazes de acompanhar as mutações do capitalismo e os desafios enfrentados pela sociedade. É ao menos essa a opinião do economista Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel em



1999. No seu entender, a economia deve voltar a se fazer perguntas de natureza ética. Ao invés de apenas analisar apenas “o que é”, deve também se perguntar sobre “o que deveria ser”.

### **O Capital, a Proletarização da Força de Trabalho e a Desigualdade Sistêmica**

As formulações de Adam Smith, ainda que tenham permitido analisar o funcionamento da vida econômica, e algumas das relações tecidas entre as classes sociais ao longo do processo de expansão e geração da riqueza, não servem como guia confiável para as transformações que o capitalismo viria sofrer, como nos indica o economista americano Robert Heilbroner.

Quase um século depois, um outro economista célebre, debruçando-se sobre os vários volumes no Museu Britânico em Londres, “descobriria” outra coisa. Quando Marx olhava para o capitalismo, via um mundo bem diferente do descrito por Smith.

Para Marx, o capitalista não estava interessado em produzir bens que satisfizessem os desejos dos consumidores, mas em gerar constantemente uma massa de excedente que voltaria sob a forma de mais produção e mais trabalhadores contratados. O próprio gasto com salários fazia parte do capital investido pelos donos dos meios de produção. Mas se o objetivo do capitalista era o valor de troca – obtido a partir da venda das mercadorias e que possibilitaria a valorização do seu capital – para que a mais-valia se realizasse, estes bens precisavam encontrar uma demanda, ou seja, deveriam possuir também um valor de uso.

O essencial para Marx era que a valorização de capital se daria a partir do consumo da força de trabalho pelo capitalista. Neste sentido, os trabalhadores deveriam ser livres num duplo sentido. Livres dos meios de produção e livres para vender a sua própria força de trabalho. Se a segunda condição fazia dele indivíduos que voluntariamente se alugavam no mercado de trabalho, a primeira condição apontava para uma coerção extra-econômica. Ou seja, caso não vendessem a sua força de trabalho, sua única opção, não teriam condições de obter a sua subsistência.

Tanto o processo de criação de uma massa de indivíduos dotados de meios de produção e de capital, como de um contingente expressivo de pessoas que podia vender tão-somente a sua força de trabalho, se faz por meios violentos. Acumulação primitiva de capital por meio do comércio colonial, da pirataria, do comércio de escravos, de confisco das terras da Igreja e das terras comuns de um lado. E expulsão dos servos das terras comuns a partir dos cercamentos, transformados agora



em proletários. Com a expansão da manufatura e depois com o sistema industrial, os artesãos perderiam os seus meios de produção, passando também por um processo de proletarização.

A classe operária inglesa surgiria destes dois grupos sociais. O assalariamento, como ressaltava Braudel, significaria decadência social – ao menos no período do pós-Revolução Industrial - pois revelava a perda de classificação numa ordem social que deixava de existir e uma reclassificação numa ordem desconhecida, onde a precariedade era a regra. Jornadas de trabalho de 18 horas, emprego de mulheres e crianças, condições insalubres. A disciplina de trabalho deveria ser imposta, muitas vezes à força. Os indivíduos sem trabalho, ou inativos, seriam por sua vez obrigados ao trabalho.

Como bem demonstrou Robert Castel, antes da Revolução Industrial, quanto o capitalismo ainda não estava “pronto”, havia tão-somente o “trabalho regulado” nas corporações de ofício, que não era propriamente assalariado, e o “trabalho forçado” impingido sobre a massa de “vagabundos”, indivíduos proletarizados que não poderiam deixar a sua paróquia, devendo exercer atividades produtivas em estabelecimentos públicos. Não foi, portanto, fácil convencer aos trabalhadores que participar do mercado de trabalho era um ato de libertação do tacanho mundo feudal.

No entender de Marx, a nova ordem social capitalista impunha uma desigualdade social e econômica, não só congênicas, mas que tendiam a se ampliar. À medida que se dava o processo de centralização do capital, com a criação de grandes conglomerados industriais, apoiados pelo setor bancário e utilizando maiores níveis tecnológicos, o capitalismo criava um exército industrial de reserva, de modo a impedir a elevação dos salários. Caso os capitalistas requisitassem mais mão-de-obra, os trabalhadores supérfluos existentes compareceriam ao mercado. O diferencial entre produtividade e salários tenderia a crescer, assim como a taxa de mais-valia.

Além do maior potencial tecnológico, o capitalismo destruiria um conjunto de atividades não-capitalistas, ocupadas por autônomos, que não conseguiriam competir com a produção em escala. Para Marx, o exército industrial de reserva seria composto pelos indivíduos desempregados, subutilizados ou temporariamente inativos, os quais pressionariam o mercado num momento de auge da produção. O capitalismo não seria travado pela escassez de oferta de trabalho e nem o seu potencial de acumulação determinado pelo nível de salários.

Mas o sistema capitalista também sofreria crises recorrentes. Apesar do seu potencial revolucionário, capaz de alavancar o desenvolvimento das forças produtivas, haveria crises de realização permanentes, relacionadas à insuficiência da demanda. Alguns marxistas mostraram



como a economia de guerra e o imperialismo, ou até mesmo o poder corretivo do Estado, poderia superar as crises do capitalismo. Ainda assim, as contradições entre uma produção social e a apropriação privada do excedente tornariam este sistema econômico profundamente instável.

Marx também acreditava na tendência de crescente oposição entre donos dos meios de produção, cada vez em menor número e com escalas de produção incrementadas, e a massa crescente de proletários, à qual se adicionariam os pequenos burgueses, donos de pequenos negócios falidos. Entretanto, o vigor do capitalismo contribuiria para fortalecer a classe operária.

Os ensinamentos de Marx e as tendências por ele apontadas seguem atuais, num momento em que o capitalismo se revoluciona, aumentando as suas taxas de rentabilidade, a partir de uma nova onda de internacionalização. Também se pode dizer que o exército industrial de reserva se amplia a olhos vistos, o que pode ser comprovado pelos níveis de desemprego e informalidade vigentes nas principais economias dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Por outro lado, observa-se a imensa capacidade do capitalismo de elevar as suas taxas de lucro a partir das novas tecnologias, de buscar novas formas de valorização do capital a partir de relações pré-capitalistas, além de encontrar apoio no Estado para subsidiar os gastos com pesquisa e as despesas de guerra.

Já a classe operária, ao invés de se unificar, se mostra cada vez mais fragmentada, entre um setor formal diminuto e um setor informal elástico, mas também entre os vários países que buscam proteger os seus níveis de emprego. Uma classe média assalariada também surge e se desenvolve nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, vinculada às ocupações de maior escolaridade do setor público e privado, e que se distancia em termos de interesses dos demais trabalhadores.

Ainda assim, tirando o período áureo de 1945 a 1973, e que ficou restrito aos países desenvolvidos, quando então se logrou reduzir as desigualdades a partir da intervenção do Estado e do poder dos sindicatos, o capitalismo sempre associou expansão das forças produtivas com aumento da desigualdade de renda e de poder.

### **O Liberalismo Econômico e a Sociedade como Acessório**

A partir do que ficou dito acima, fica claro que apenas quando o capitalismo foi controlado pelo Estado e pelas forças sociais, num momento de enfraquecimento da doutrina liberal, e mesmo assim apenas para os países que se beneficiavam da divisão internacional do trabalho no pós-



Segunda Guerra Mundial, este modo de produção não veio acompanhado de ampliação da desigualdade.

O que está por trás, portanto, da doutrina liberal de que os mercados se auto-regulam? A noção de que o indivíduo é o que vale, o que depende do preço obtido pela venda da sua força de trabalho. A própria desigualdade aparece explicada pela educação. Aqueles que estudaram, se esforçaram e foram adiante, ascendem socialmente, enquanto os demais perecem. Enfim, uma ordem meritocrática, onde a desigualdade aparece como natural, devendo ser inclusive estimulada.

Onde está o equívoco desta argumentação? Ora, os indivíduos fazem parte de classes sociais, grupos raciais, vivendo em espaços urbanos segmentados e sob clivagens de gênero, que oferecem diferentes oportunidades de ascensão. Os pontos de partida não são os mesmos. Aliás, o capitalismo contribui inclusive para amplificar esta desigualdade inicial, se o Estado não desenvolve políticas universais.

Na visão do liberalismo econômico, a sociedade aparece como acessória ao mercado. Este estabelece os preços a partir do cruzamento entre a oferta e a demanda. Se a oferta de trabalho é maior do que o que os empresários demandam, os preços (salários) devem cair até que não exista mais desemprego. Esta é a lei do mercado. Contra ela nada poderiam o Estado e nem tampouco os valores morais.

É importante dizer que esta utopia vicejou especialmente ao longo da primeira metade do século XIX. Durante a Idade Média, como nos ensina Karl Polanyi, o contrário ocorria. O mercado era acessório à sociedade. Havia a lei contra a usura, o preço justo, os artesãos estavam vinculados a corporações de ofício, que estipulavam os critérios técnicos de produção, os preços e os salários dos aprendizes. Não existia concorrência. Cada indivíduo possuía uma posição na sociedade que independia da sua posição no mercado, então marginal.

Após a Revolução Industrial, a sociedade foi empurrada para fora pelo mercado. Todos eram agora indivíduos colados aos seus preços. Ocultava-se que cada mercadoria era fruto de um trabalho social, aparecendo esta como fetiche, como simples coisa pertencente a alguém que dela havia se apropriado. As relações sociais apareciam ofuscadas, enquanto as mercadorias ocupavam o palco econômico.

O ideal liberal pressupunha duas pré-condições. Primeiro, os fatores de produção – terra, trabalho e capital – deveriam ser negociados no mercado. Segundo, os seus preços não seriam “sociais”, pois definidos pelo jogo da oferta e da demanda.



Mas a mercadoria força de trabalho acompanha a vida humana, a terra não é mais que o meio ambiente, enquanto o dinheiro não passa de um símbolo do poder de compra. Estas mercadorias seriam chamadas de fictícias por Polanyi. Como assim? Se elas eram negociadas no mercado, elas não poderiam ser produzidas, tais como as demais mercadorias, chamadas de genuínas, dentre as quais se incluíam móveis, sapatos, alimentos, carros etc.

Deixá-las sob a lógica irrestrita do mercado, seria correr o risco de gerar condições de trabalho miseráveis, deterioração do meio ambiente e crises inflacionárias. Em última instância, a própria sociedade poderia ser aniquilada. Ao invés do equilíbrio e de uma ordem natural fundada no mercado, que permitiria a harmonia de interesses, a discussão do pauperismo, em contraste com a opulência trazida pela expansão do capitalismo, abriria caminho para a redescoberta da sociedade.

O processo de lutas sociais, que trouxe consigo a formação de sindicatos e o fortalecimento da democracia, a partir das últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, e que culminou nos países desenvolvidos com a aprovação de uma legislação social e trabalhista, assegurada pelo Estado, revela o esforço de auto-proteção das coletividades humanas frente ao poder destrutivo do mercado.

O mercado não seria eliminado, e até poderia se mostrar dinâmico, desde que incorporasse a regulação do trabalho. Isto que os economistas neoliberais chamam de encargos sociais era encarado como a segurança no mercado de trabalho para aqueles que eram os responsáveis últimos pela geração da riqueza. Chegou-se então, inclusive, à criação - nas palavras do sociólogo francês, Robert Castel - de uma “sociedade salarial”, especialmente no caso dos países desenvolvidos da Europa Ocidental. Isto significava que apesar das diferenças salariais, a compra de força de trabalho deveria vir associada a um conjunto de direitos sociais e sindicais, que conferiam um estatuto coletivo comum a todos os trabalhadores.

Nos últimos trinta anos, entretanto, várias destas conquistas foram soterradas, e o mercado, antes regulado, voltou a querer tornar a sociedade como um mero acessório do movimento incessante de valorização do capital.

## **Capitalismo e Desenvolvimento Econômico**



Para o economista brasileiro Celso Furtado, a idéia de desenvolvimento econômico possui ao menos três dimensões. Em primeiro lugar, ela indica incremento da eficácia do sistema social de produção, a partir da elevação da produtividade. Em segundo lugar, desenvolvimento econômico surge relacionado à satisfação das necessidades elementares da população. Entretanto, para Furtado, a elevação da produtividade, ou a expansão do PIB *per capita*, não são condições suficientes para o aumento do bem-estar social.

Além disso, a terceira dimensão da idéia de desenvolvimento pode ser encontrada no discurso ideológico dos grupos dominantes da sociedade que procuram ofuscar a relação complexa e não direta entre a primeira e a segunda dimensão do conceito. O desenvolvimento econômico – conceito produzido no século XX - transforma-se no equivalente ao mito do progresso do século anterior, pois pretende atingir todas as nações desde que tomem atitudes e comportamentos que levem ao aumento da eficiência e ao maior volume de investimento do capital. O progresso tecnológico aparece dissociado dos contextos sociais e históricos específicos, como também não se levam em conta os efeitos negativos do processo de acumulação de capital em termos ambientais e humanos, os quais se mostram patentes nos grandes conglomerados urbanos recheados de criminalidade e de estratégias precárias de sobrevivência.

Este mito do desenvolvimento pode ser elucidado da seguinte maneira. Os economistas definem os fins – de forma autoritária ou por meio da manipulação da informação - que deveriam informar o bem da coletividade. Vejamos alguns exemplos: crescimento do PIB *per capita*, metas de inflação, superávits nas contas públicas, saldos positivos na balança comercial. Ao invés de existir uma discussão coletiva dos fins – a qual sempre envolve um confronto de valores – o ideal tecnocrático prevalece. Se o economista servo do sistema apenas deve apontar os meios mais eficientes para se almejar os supostos fins da coletividade, o desenvolvimento contribui para a perpetuação da ordem burguesa e alija todo e qualquer debate sobre a participação social e a questão democrática.

Vejamos um exemplo do próprio Furtado. Queremos aumentar o investimento, não? Diz o economista que devemos cortar o consumo, certo? Mas aí sobrevém uma falácia gritante, a idéia de que consumo é uma massa homogênea. E conclui o economista paraibano: “como medir com a mesma régua a inversão financiada com a redução do pão dos trabalhadores e a outra financiada com a minha privação de uma garrafa de vinho?” (Furtado, 1974, p. 115).



Mais recentemente, o economista indiano Amartya Sen daria maior substância teórica a estas idéias esboçadas por Furtado nos anos setenta do século XX. Invertendo os termos de Adam Smith, a liberdade não deve ser tão-somente condição para o desenvolvimento, mas despontar como o seu fim último. Para tanto, a expansão da riqueza – ou o crescimento econômico - deve ser vista como apenas um meio, que junto com a as liberdades instrumentais – acesso aos serviços de educação e saúde, aos direitos civis e às liberdades políticas, às oportunidades econômicas (terra e crédito) e à segurança protetora (rede de proteção social) – fazem com que os agentes econômicos se tornem participantes protagonistas do processo de desenvolvimento.

### **A Evolução Estrutural do Sistema Capitalista depois do Século XIX**

Voltando ao economista Celso Furtado, tentemos partir de seu esquema de análise para capturar os principais momentos da evolução estrutural capitalista do século XIX em diante, já que a nossa análise deste sistema econômico e social, até o presente momento, não foi muito além das transformações processadas no bojo da Primeira Revolução Industrial. Podemos pensar em três momentos básicos.

Uma primeira fase vai da Primeira Revolução Industrial até por volta dos anos 1870, quando se acelera consideravelmente a acumulação de capital e se processa uma intensificação fabulosa do comércio internacional. O excedente gerado é canalizado para a Inglaterra que se transforma na grande praça financeira mundial e na executora de grandes obras de infra-estrutura no mundo inteiro, a partir dos investimentos nas estradas de ferro. Promove-se uma intensificação e diversificação do consumo privado e público.

A segunda fase pode ser situada entre 1870 e 1930, quando se reage ao projeto inglês, a partir da consolidação de sistemas econômicos nacionais, mais rivais que complementares, permitindo a formação do clube das atuais nações desenvolvidas. Neste momento, ocorre uma maior centralização das decisões econômicas, seja por meio do sistema bancário, seja a partir da maior intromissão do Estado na vida econômica.

Aliás, é importante ressaltar que a passagem pela linha demarcatória que reúne os países desenvolvidos exige um esforço coletivo nacional e jamais – como no caso do Japão – jamais se deu nos marcos de políticas de livre mercado. Quando isto não acontece, caso das chamadas “economias subdesenvolvidas”, as novas indústrias surgem mais integradas e subordinadas ao



quadro internacional – por meio da estrutura de comércio e da presença das multinacionais – mostrando-se incapazes de assimilar as mudanças qualitativas do processo de industrialização, especialmente no que diz respeito ao processo de inovação.

A partir dos anos setenta do século XX, inaugurando a terceira fase, os sistemas nacionais passam a perder parte de sua individualidade no centro do sistema capitalista. O empresário individual cede espaço, ao menos como agente reitor das transformações econômicas, à grande empresa transnacionalizada. Estas empresas altamente oligopolizadas criam agora o seu próprio mercado interno – a partir das interações entre matrizes e filiais – levando à erosão dos sistemas econômicos nacionais, especialmente aqueles construídos às duras penas e de forma fragmentada nos países subdesenvolvidos.

Some-se o fim do sistema monetário de *Bretton Woods* nos anos setenta e a desregulamentação do mercado de capitais, junto com o avanço das novas tecnologias a partir dos anos oitenta, sem esquecer da queda do bloco socialista, recém-convertido ao sistema capitalista e do avanço da ideologia neoliberal.

O capitalismo mostra-se mais uma vez capaz de elevar os seus níveis de produtividade, estando cada vez menos preso à regulação do Estado e do fator trabalho. Desde 1980, vivemos de fato uma quarta fase – que se aproveita da mudança iniciada na terceira fase, processando uma ruptura dentro da ruptura. Isto porque agora a finança global ganha corpo e passa a canalizar boa parte do excedente gerado, enquanto o capital produtivo se desterritorializa e os gastos do Estado são constrangidos, generalizando a desigualdade, que passa a atingir não só a periferia como também o antigo centro do capitalismo.

O desenvolvimento das forças produtivas ganha novo vigor, assim como o processo de globalização inerente à expansão do capitalismo desde o seu início, abrindo este modo de produção novas fronteiras para a sua expansão, enquanto as forças que poderiam disciplinar o seu movimento a um só tempo criador e destruidor – o Estado Nacional, a classe trabalhadora, os movimentos sociais, ou quem sabe um novo Estado Supra-Nacional – ainda não parecem revelar o seu potencial dialético para a construção de uma nova ordem.

### **Bibliografia Consultada**

BARBOSA, Alexandre de Freitas (2001). *O Mundo Globalizado: Economia, Sociedade e Política*. São Paulo: Editora Contexto.



- BEAUD, Michel (1994). História do Capitalismo de 1500 aos Nossos Dias. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BRAUDEL, Fernand (1996). Civilização Material, Economia e Capitalismo, volume 2, “Os Jogos das Trocas”, São Paulo: Editora Martins Fontes.
- BUCHHOLZ, Todd G. (2000). Novas Idéias de Economistas Mortos. São Paulo: Editora Record.
- CASTEL, Robert (1998). As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário. Petrópolis: Vozes.
- CHANG, Ha-Joon (2003). Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica. São Paulo: Editora da UNESP.
- COUTINHO, Maurício Chalfin (1993). Lições de Economia Política Clássica. São Paulo: Editora Hucitec.
- DESAI, Meghnad (2003). A Vingança de Marx: A Ressurgência do Capitalismo e a Morte do Socialismo Estatal. São Paulo: Códex.
- DOBB, Maurice (1965). A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FURTADO, Celso (1974). O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GALBRAITH, John Kenneth, (1989). O Pensamento Econômico em Perspectiva. São Paulo: Editora Pioneira/EDUSP.
- GALBRAITH, John Kenneth, (2004). A Economia das Fraudes Inocentes: Verdades para o Nosso Tempo. São Paulo: Companhia das Letras.
- GIDDENS, Anthony (2000). Capitalismo e Moderna Teoria Social. Lisboa: Editorial Presença.
- HEILBRONER, Heilbroner (1987). A Formação da Sociedade Econômica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 5ª edição.
- HEILBRONER, Robert & Lester Thurow (2001). Entenda a Economia. São Paulo: Editora Campus.
- HOBSBAWM, Eric (2000). A Era das Revoluções, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 12ª. edição.
- HOBSBAWM, Eric (1996). A Era do Capital, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 5ª. edição.
- LANDES, David (1994). Prometeu Desacorrentado, Editora Nova Fronteira.
- MARX, Karl O Capital (1988), volume I, São Paulo: Nova Cultural, 1988, 3ª edição.



MARX, Karl O Capital (1988), volume II, São Paulo: Nova Cultural, 1988, 3ª edição.

POLANYI, Karl (2000). A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Campus, 2ª edição.

REZENDE, Cyro (2001). História Econômica Geral. São Paulo: Editora. Contexto.

SCHWARTZMAN, Simon (2004). Pobreza, Exclusão Social e Modernidade: uma Introdução ao Mundo Contemporâneo. São Paulo: Augurium Editora.

SEN, Amartya (1999). Ética e Economia. São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, Amartya (2000). Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

SMITH, Adam (1986). The Wealth of Nations, livro I, London: Penguin Classics.

WEBER, Max (2004). A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras.